

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 20

DIÁRIO POPULAR ONLINE - PELOTAS - RS - NOTÍCIAS
ANFIP

Dia da Imprensa e o protagonismo da ARI 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Quem perdeu prazo para enviar IR deve prestar contas o quanto antes 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estados propõem elevar taxaço sobre petroleiras para compensar tributo 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ANFIP

IR: com defasagem da tabela de 24%, mais de 35 milhões declaram 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fundos imobiliários vencem disputa com a Receita na Câmara Superior do Carf 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Desemprego recua para 10,5%, mas renda encolhe 8% em um ano, diz IBGE 8

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto de Renda 2022: por que a cada ano mais brasileiros precisam declarar? 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Governo avalia vale-alimentação no lugar de reajuste 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

União Brasil lança Bivar como pré-candidato ao Planalto sob ceticismo e com pouca chance
..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sem reforma tributária, Senado quer focar em mudança do IR e Refis 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em derrota de Pacheco, reforma tributária é adiada 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estados vão propor até 8 mudanças, diz relator do ICMS 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Padre denunciou nos anos 1980 mão de obra escrava em fazenda da Volks 19

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Planos de saúde individuais podem ter reajuste acima de 40%, diz estudo 22

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aprovada na Câmara, legalização dos jogos estaciona no Senado	25
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Setor público tem nono mês seguido de superávit	26
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
O futuro do país nos planos de presidenciáveis	27
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Expectativa de alta do PIB	28
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA	
Bolsonaro descarta debates no 1º turno	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Dólar tem maior queda para maio desde 2009 e fecha mês a R\$ 4,75	30
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Contas públicas têm superávit de R\$ 38,9 bi, recorde para abril	32
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Arminio e Malan alertam para impacto sobre inflação de risco fiscal e ameaças à democracia	33
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Economistas listam prioridades para a saúde pública	34
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Assédio institucional contra a Petrobras - FERNANDO EXMAN	35

Dia da Imprensa e o protagonismo da ARI

Por **Vilson Romero**

Jornalista, vice-pres. da Associação Riograndense de Imprensa (ARI) e conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)

A história do Dia da Imprensa, comemorado em 1º de junho, desde que, em 13 de setembro de 1999, o então presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei 9.831, nos traz lembranças da história iniciada em 1774, quando, em 13 de agosto, nasceu, na localidade de Colônia de Sacramento, hoje no Uruguai, o cidadão Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, aliás Hipólito da Costa.

Pois a biografia de Hipólito foi esmiuçada e retratada pelo saudoso jornalista e pesquisador Raul Quevedo, pelotense de quatro costados, nos livros *Em nome da liberdade e Hipólito da Costa: pioneiro da Independência do Brasil*, deixando muito escancarado o vanguardismo do fundador do Correio Braziliense.

Aos 18 anos, depois de viver alguns anos em Pelotas, Hipólito foi cursar Direito, Filosofia e Letras na Universidade de Coimbra, em Portugal. Após passagens atribuladas nos Estados Unidos e também em terras lusas, exilou-se na Inglaterra, aonde passou, em 1º de junho de 1808, a publicar o Correio, com posicionamento bastante crítico à política praticada por Portugal no Brasil.

Suas principais bandeiras, amplamente divulgadas nas edições com larga circulação cá em Pindorama, eram a independência, a abolição da escravatura e a interiorização da capital brasileira.

Com essa retrospectiva, em 1º de julho de 1996, a Associação Riograndense de Imprensa (ARI) e o sindicato gaúcho dos jornalistas lançaram o Manifesto à Nação pugnando a alteração da data alusiva à imprensa, até então relacionada ao surgimento da Gazeta do Rio de Janeiro, em 10 de setembro, cuja circulação iniciou três após a do Correio Braziliense.

Essa tese, por solicitação expressa da ARI, foi encampada pelo então deputado federal Nelson Marchezan, resultando no projeto de lei (PL) nº 3.559, publicado no Diário da Câmara dos Deputados em 2 de setembro de 1997, com apoio de diversos parlamentares federais da época, como Germano Rigotto, Valdeci Oliveira, Wilson Cignachi, Luis Roberto Ponte, Odacir Klein, Júlio Redecker, Yeda Crusius, Airton Dipp, Adroaldo Streck, Jair Soares,

Paulo Ritzel, Fetter Junior e Carlos Cardinal.

Pois esta proposta pluripartidária teve a acolhida dos congressistas, tendo sido aprovada pela Câmara em 1º de dezembro de 1998 e pelo Senado em 3 de agosto de 1999 (sob número de PLC 60/98) e sancionada logo em seguida por FHC.

Portanto, nossa saudação a Hipólito, ao Correio Braziliense (apesar de outro, mas ainda circulando na capital brasileira), à Associação Riograndense de Imprensa (ARI), protagonista desta mudança e a toda a imprensa brasileira, tão importante e fundamental nestes tempos turbulentos de radicalização e desinformação. Feliz Dia da Imprensa.

Site: <https://www.diariopopular.com.br/opiniao/dia-da-imprensa-e-o-protagonismo-da-ari-171008/>

Quem perdeu prazo para enviar IR deve prestar contas o quanto antes

O contribuinte obrigado a entregar a declaração do Imposto de Renda 2022 que perdeu o prazo deve prestar contas à **Receita Federal** o quanto antes. É preciso enviar o IR e, em até 30 dias, pagar a multa pelo atraso. O valor mínimo é de R\$ 165,74, mas pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

O prazo para a entrega da declaração acabou nesta terça (31). Até as 20h, a Receita recebera mais de 35,5 milhões de declarações, ante previsão inicial de 34,1 milhões. Mais de 2 milhões já caíram na malha fina.

Segundo a Receita, a multa é gerada no momento da entrega da declaração. A notificação de lançamento fica com o recibo de entrega e o contribuinte terá 30 dias para pagar a multa. Depois, começam a correr juros demora com base na Selic (taxa básica).

O contribuinte tem cinco anos para regularizar a declaração do IR, sob pena de ficar com o CPF irregular.

Os sistemas de recepção da declaração ficam fora do ar da 0h às 8h desta quarta-feira (1º). A partir desse horário, os contribuintes que cometeram algum erro poderão enviar a declaração retificadora.

Quem tentar retificar o IR neste período não vai conseguir. A pausa nos computadores que recebem o documento ocorre todos os anos, após o final do prazo de entrega da declaração.

Segundo a Receita, das declarações retidas em malha fina, 40% possuem pendências de omissão de rendimentos (erro no salário ou de ausência de informação sobre a renda de dependente).

A defasagem na tabela do IR, que não é reajusta da pelo governo desde 2015, é apontada como um dos motivos para a **Receita Federal** receber um número recorde de declarações neste ano.

"A gente ainda não tem o total das declarações apresentadas, mas já estamos fazendo alguns estudos que mostram que temos novos declarantes. Nós temos uma tabela do Imposto de Renda que não tem sido corrigida, isso faz com que, anualmente, um percentual de pessoas passem a estar obrigadas a apresentar a declaração do IR", diz José Carlos

Fernandes da Fonseca, auditor responsável pelo IR.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49929&anchor=6456944&pd=cc9ad150d9e7e0164a23cfde2aac4ec>

Estados propõem elevar taxaço sobre petroleiras para compensar tributo

Os Estados apresentaram ontem uma proposta ao Senado para aumentar a taxaço das empresas de petróleo e criar uma conta de compensação de eventuais perdas com a fixação de um teto de 17% para o ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, gás e telecomunicações.

A proposta poderia envolver até R\$ 66 bilhões. A ideia é garantir R\$ 34 bilhões este ano para uma espécie de fundo, que funcionaria fora do Orçamento e seria formado com até 40% das receitas do governo federal com dividendos pagos pela Petrobras, royalties e participações especiais.

Em troca, para compensar essa perda de arrecadação para a União, a proposta é de aumento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), de 9% para uma alíquota extraordinária de 20%. Esse valor poderia subir para 30% no caso de a variação do preço do petróleo Brent ser superior ao US\$ 80 no semestre.

Pelos cálculos dos Estados, esse aumento da taxaço das empresas petroleiras pode aumentar em até R\$ 32 bilhões o caixa do governo federal. A CSLL é um tributo cobrado pela **Receita Federal** cuja arrecadação não é dividida com Estados e municípios.

Portanto, todo o aumento de receita ficaria com a União.

A proposta foi apresentada por um grupo de secretários estaduais de Fazenda em reunião com os senadores Fernando Bezerra (MDB-PE), relator da proposta de teto do ICMS sobre combustíveis; Jean Paul Prates (PT-RN); e Davi Alcolumbre (União-AP).

'CONTRIBUIÇÃO'. Os Estados argumentaram que as empresas do setor, que estão aumentando o lucro com a alta do petróleo, como a Petrobras, teriam de dar a "sua contribuição" para a redução do preço dos combustíveis no varejo. Só a Petrobras teve um lucro de R\$ 44,5 bilhões no primeiro trimestre deste ano.

Os secretários afirmaram ainda que esse movimento está acontecendo em outros países. Foi citado o caso do Reino Unido.

Na semana passada, o governo britânico anunciou que aplicará um imposto temporário de 25% sobre

lucros de empresas de petróleo e gás, como parte de um pacote econômico para abrandar a pressão do custo de vida.

Para criar a conta de compensação com recursos de receitas de dividendos, royalties e participações especiais, seria preciso contornar o teto de gastos.

A ideia é que essas receitas para a conta entrem diretamente no fundo sem passar pelo caixa do governo. Para isso, seria preciso fazer uma mudança na Constituição.

Defesa

Estados argumentam que, com aumento de lucros, petroleiras poderiam arcar com mais **impostos**

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

IR: com defasagem da tabela de 24%, mais de 35 milhões declaram

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fundos imobiliários vencem disputa com a Receita na Câmara Superior do Carf

Adriana Aguiar

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187233?page=2§ion=4

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187233?page=2§ion=4

Desemprego recua para 10,5%, mas renda encolhe 8% em um ano, diz IBGE

Leonardo Vieceli

O desemprego voltou a cair no Brasil, mas a renda média do trabalho ainda sinaliza fragilidade, com baixa de quase 8% em um ano, indicam dados divulgados nesta terça (31) pelo IBGE.

Segundo o instituto, a taxa de desocupação recuou para 10,5% no trimestre encerrado em abril. É a menor marca para o período desde 2015 (8,1%), quando a economia amargava recessão.

Nos três meses imediatamente anteriores (novembro de 2021 a janeiro de 2022), o indicador estava em 11,2%.

O novo resultado (10,5%) veio abaixo das estimativas do mercado financeiro. Na mediana, analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam taxa de desocupação de 10,9% até abril.

O número de desempregados, por sua vez, caiu para 11,3 milhões no mesmo intervalo. O contingente estava em 12 milhões até janeiro.

Pelas estatísticas oficiais, a população desocupada reúne quem está sem trabalho e segue à procura de novas vagas.

Os dados divulgados nesta terça integram a Pnad Contínua, que retrata tanto o mercado de trabalho formal quanto o informal. Ou seja, são avaliados desde empregos com carteira assinada e CNPJ até os populares bicos.

"Estamos diante da manutenção do processo de retração da taxa de desocupação, que vem ocorrendo desde o trimestre encerrado em julho de 2021, em razão, principalmente, do avanço da população ocupada nos últimos trimestres", disse Adriana Beringuy, coordenadora de pesquisas por amostra de domicílios do IBGE.

O contingente de pessoas ocupadas com algum tipo de trabalho foi estimado em aproximadamente 96,5 milhões, recorde da série histórica, iniciada em 2012.

Houve alta de 1,1% ante o trimestre anterior (1,1 milhão a mais), com o impacto da criação de postos formais.

O número de empregados com carteira assinada no setor privado chegou a 35,2 milhões de pessoas, elevação de 2% (690 mil a mais) ante o trimestre anterior.

Na série comparável, esse é o maior contingente desde o trimestre encerrado em abril de 2016, diz o IBGE.

Já o número de empregados sem carteira no setor privado foi de 12,5 milhões, o maior da série. O contingente, contudo, apresentou relativa estabilidade em relação ao trimestre anterior (12,4 milhões).

Em termos absolutos, os maiores aumentos na população ocupada vieram do setor de administração pública, defesa, **seguridade social**, educação, saúde humana e serviços sociais (251 mil) e do ramo de outros serviços (233 mil).

"O grupo administração pública, defesa, **seguridade social**, educação, saúde humana e serviços sociais foi impulsionado pelo crescimento em educação, que inclui tanto a rede pública quanto a privada. Em outros serviços, destaca-se o aumento nos serviços de embelezamento, como cabeleireiros, manicure e esteticista", disse Beringuy.

Segundo ela, a alta da população com algum tipo de trabalho pode ser explicada por uma combinação de fatores. A trégua na pandemia e a reabertura de atividades econômicas fazem parte dessa lista.

Para o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores, o aumento dos ocupados reflete, em parte, a projeção de uma atividade econômica mais aquecida no começo do ano do que o esperado inicialmente. "O começo de ano ficou associado a uma atividade mais aquecida, com uma demanda por serviços que estava reprimida na pandemia. Havia espaço para recuperação." A criação de vagas ainda não foi suficiente para impulsionar a renda do trabalho, que continua em nível baixo.

No trimestre até abril, o rendimento médio da população ocupada foi de R\$ 2.569 em termos reais (como desconto da **inflação**). É a menor marca para esse período na série, iniciada em 2012.

Na comparação anual, com o trimestre finalizado em abril de 2021 (R\$ 2.790), o rendimento encolheu 7,9%. Houve relativa estabilidade ante janeiro deste ano (R\$ 2.566).

Em uma tentativa de recompor as perdas no orçamento familiar, mais pessoas podem ter sido levadas a ofertar algum tipo de trabalho, segundo Beringuy. Esse movimento também pode ter influenciado a alta da população ocupada. "É uma hipótese", afirmou.

O rendimento baixo é associado por analistas a questões como **inflação** elevada, dificuldades nas negociações de reajustes e abertura de postos de trabalho com salários menores nos últimos meses.

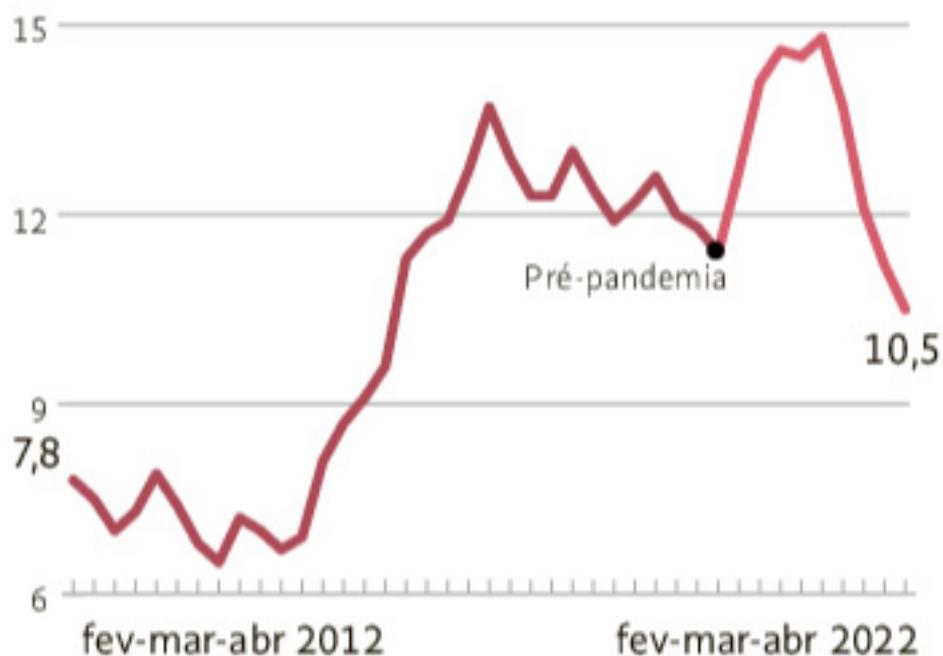
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49929&anchor=6456944&pd=cc9ad150d9e7e0164a23cfde2aac4ec>

Mercado de trabalho no Brasil

Taxa de desemprego

Em %



Renda média do trabalho

Em R\$



Fonte: IBGE

Imposto de Renda 2022: por que a cada ano mais brasileiros precisam declarar?

Por g1

O número de brasileiros obrigados a declarar o Imposto de Renda aumenta ano a ano. Isso acontece, grosso modo, porque as faixas de isenção não mudam desde 2015 e acumulam distorções.

Estão isentos os rendimentos mensais menores que R\$ 1.903,98. Mas, com reajustes salariais que geralmente acompanham a **inflação**, contribuintes que eram isentos em anos anteriores acabam entrando na região de obrigatoriedade. (Veja abaixo todas as faixas)

TUDO SOBRE O IMPOSTO DE RENDA

Para o ano-calendário 2015, foram enviadas 27,5 milhões de declarações. Já entre 2020 e 2021, por exemplo, o número subiu de 31,9 milhões de declarações para 34,1 milhões. Este ano, foram 36 milhões de declarações, um número recorde.

Consultada pelo g1, **Receita Federal** diz que a visão histórica mais longa pode apresentar algumas distorções, que necessitariam uma explicação detalhada, em face de mudanças nas legislações sobre a obrigação de entrega em cada ano, mas não cedeu os esclarecimentos.

Faixas do Imposto de Renda

Faixa 1: Até R\$ 1.903,98: isento
Faixa 2: De R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,65: 7,5%
Faixa 3: De R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05: 15%
Faixa 4: De R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68: 22,5%
Faixa 5: Acima de R\$ 4.664,68: 27,5%

Como funcionam essas faixas?

O imposto não é cobrado sobre todo o salário - o que é descontado em **INSS**, por exemplo, não entra na conta.

Além disso, as alíquotas não são cobradas integralmente sobre os rendimentos. Quem ganha R\$ 4 mil por mês, por exemplo (e se encaixa na faixa 4 acima), não paga 22,5% sobre toda a parte tributável do salário.

Pelas contas da Receita, os primeiros R\$ 1.903,98 são

isentos. O que passar desse valor, e não superar os R\$ 2.826,65 (o limite da faixa 2) é tributado em 7,5%. O que superar limite da faixa 2, mas não o da faixa 3, paga 15%, e assim sucessivamente. Veja exemplos aqui.

Quem precisa declarar

quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2021. O valor é o mesmo da declaração do IR do ano passado. Contribuintes que receberam rendimentos isentos, não-tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma tenha sido superior a R\$ 40 mil no ano passado; quem obteve, em qualquer mês de 2021, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas; quem teve, em 2021, receita bruta em valor superior a R\$ 142.798,50 em atividade rural; quem tinha, até 31 de dezembro de 2021, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300 mil; quem passou para a condição de residente no Brasil em qualquer mês e se encontrava nessa condição até 31 de dezembro de 2021; quem optou pela isenção do imposto incidente em valor obtido na venda de imóveis residenciais cujo produto da venda seja aplicado na aquisição de imóveis residenciais localizados no país, no prazo de 180 dias, contado da celebração do contrato de venda.

Site: <https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/noticia/2022/06/01/imposto-de-renda-2022-por-que-a-cada-ano-mais-brasileiros-precisam-declarar.ghtml>

Governo avalia vale-alimentação no lugar de reajuste

**MANOEL VENTURA, GABRIEL SHINOHARA E JULIA
NOIA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

União Brasil lança Bivar como pré-candidato ao Planalto sob ceticismo e com pouca chance



Luciano Bivar no evento de lançamento de sua pré-candidatura Pedro Ladeira/Folhapress

Julia Chaib e Ranier Bragon

Sem pontuar na última pesquisa Datafolha de intenção de voto, o presidente da União Brasil, Luciano Bivar (PE), foi lançado pré-candidato à sucessão de Jair Bolsonaro (PL) sob desconfianças internas e em evento que teve três apagões de luz.

Com chances remotas de se tornar viável, a pré-candidatura de Bivar serve no momento a uma ala do partido que não quer se comprometer localmente nem com Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nem com Bolsonaro, mas também atende a um grupo que quer apoiar o atual presidente.

Mesmo que a União Brasil tenha candidato na disputa presidencial, a avaliação é que o partido liberará seus filiados nos estados a darem palanque e fazerem campanha a quem quiserem.

Segundo dirigentes do partido, a manutenção do nome de Bivar na corrida presidencial só será definida em julho, perto da convenção partidária. A campanha começa oficialmente em agosto.

A ideia é avaliar em meados do ano se compensará uma aliança com algum candidato da terceira via, como Simone Tebet (MDB) e Ciro Gomes (PDT), se o melhor será manter Bivar para evitar que certos candidatos tenham que se posicionar nos estados, ou ainda se o ideal será não ter candidato e liberar o partido.

Ainda há integrantes do governo Bolsonaro que tentam atrair a União Brasil para uma aliança. Essa hipótese, porém, é vista como difícil por setores do partido refratários ao governo. O próprio Bivar rechaça se unir a Bolsonaro, uma vez que ambos acumularam atritos que resultaram na saída de Bolsonaro do PSL.

Mesmo que insista em seguir candidato, Bivar corre risco de ser rifado por ala do partido oriunda do DEM.

O evento de lançamento do deputado, que é presidente do partido, ocorreu em um auditório em Brasília. O local estava lotado de pessoas com camisetas da União Brasil que gritavam majoritariamente nomes de pré-candidatos a deputado distrital, e não o de Bivar.

Logo após a entrada do pré-candidato no palco, foi feito um minuto de silêncio pelas vítimas das enchentes em Pernambuco, estado do parlamentar, e em seguida veiculado um vídeo com um jingle do partido. A peça propaga uma proposta de **reforma tributária**, que prega a criação de um imposto único.

No seu discurso, Bivar também reforçou a ideia, que é uma de suas bandeiras. "O liberalismo que pregamos não admite empresários mesquinhos ou poderosos que querem a reserva do mercado. A nossa simplificação tributária atenderá a todos", disse.

"Eu não acho justo que os brasileiros vivam entre uma ameaça autoritária e outra populista", afirmou o presidente do partido. "Nem esquerda nem direita, é hora de União Brasil."

Bivar também agradeceu a ex-ministros dos governos Michel **Temer** (MDB) e Bolsonaro que integram seu partido e o ajudam no plano de governo, como Luiz Henrique Mandetta (Saúde), Fernando Coelho Bezerra Filho (Minas e Energia), Mendonça Filho (Educação) e Sérgio Moro (Justiça). Uma das figuras mais conhecidas do partido, o ex-ministro Moro ficou nesta terça-feira na extrema-direita da mesa composta por 16 políticos -no centro estava sentado Bivar.

O pré-candidato da União Brasil não pontuou na

pesquisa mais recente do Datafolha. Moro filiou-se ao Podemos em novembro do ano passado no mesmo lugar onde ocorreu o evento para anunciar a pré-candidatura de Bivar. Enquanto estava na corrida presidencial, Moro pontuava em torno de 8% das intenções de voto.

Moro filiou-se à União Brasil em março deste ano e foi obrigado a abrir mão da ideia de disputar a sucessão de Jair Bolsonaro no Planalto.

A decisão sobre quem será candidato a vice de Bivar ainda não foi tomada, mas o nome considerado mais provável hoje é o da senadora Soraya Thronicke (MS).

Bivar anunciou um time que será responsável por elaborar seu plano de governo e contará com ex-ministros que integram a União Brasil.

Na chegada ao evento, Moro afirmou que todas as candidaturas de centro servirão de uma "trincheira contra o radicalismo", como ele define as candidaturas de Bolsonaro e de Lula.

"Todas as candidaturas de centro servirão como uma trincheira contra a radicalização do país, seja em 2022, seja em 2023 em diante", afirmou.

Moro disse ainda não se sentir chateado por assumir um papel eleitoral secundário após o naufrágio de sua candidatura, cujo lançamento extraoficial ocorreu no mesmo centro de convenções (Ulysses Guimarães) usado por Bivar nesta terça. "Não, aquele foi um momento de filiação. Foi um momento feliz."

O ex-ministro também afirmou considerar positiva a especulação de seu nome para ser candidato a deputado, ao Senado ou ao Governo de São Paulo.

"Fico feliz em ser lembrado para várias posições. É sinal, na verdade, de uma força eleitoral " disse o ex-ministro, ressaltando não ter definido ainda seu futuro político. Ele estava acompanhado, no evento, da mulher, Rosângela.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49929&anchor=6456963>

Sem reforma tributária, Senado quer focar em mudança do IR e Refis

DANIEL WETERMAN ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

Com a proposta de uma **reforma tributária** ampla sem chances de emplacar neste ano, o Senado avançou na estratégia de enxugar o projeto de mudança do Imposto de Renda defendido pela equipe econômica em troca da aprovação de um novo programa de refinanciamento de dívidas (Refis) para pessoas físicas e grandes empresas na Câmara.

A alternativa é defendida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que não conseguiu apoio suficiente para aprovar uma mudança ampla no sistema tributário do País em ano eleitoral. Pacheco propôs ontem mudanças no projeto do IR em uma reunião com o relator da proposta, Angelo Coronel (PSD-BA).

A votação da **reforma tributária** ampla, contida na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110, foi adiada ontem pela quarta vez na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Os senadores agiram para derrubar a reunião, não registrando presença no colegiado. Nem mesmo o presidente da comissão, Davi Alcolumbre (DEM-AP), marcou participação.

Informado sobre o clima logo pela manhã, Pacheco resolveu não insistir na votação e admitiu a derrota. A avaliação do comando do Senado é de que a tentativa mostrou que não há chance de votação da PEC em período pré-eleitoral.

Defensores da proposta, no entanto, acusam o presidente da CCJ de ter feito uma manobra para não ter quórum na sessão.

O relator da PEC, senador Roberto Rocha (PTB-MA), criticou a decisão que mandou não computar como presença o registro feito de maneira remota na sala virtual da CCJ.

VERSÃO ENXUTA. Sem a votação na CCJ, o presidente do Senado quer aprovar a reforma do IR, que passou na Câmara no ano passado, mas com uma versão mais enxuta, após receber uma sugestão do Ministério da Economia para destravar o projeto - que enfrenta resistência de senadores e governadores.

A proposta ficaria apenas com o aumento da isenção do imposto para pessoas físicas, de R\$ 1 mil para R\$ 2,5 mil; a redução da carga para pessoas jurídicas, de 34% para 30% (e não mais para 26%); e a tributação de dividendos com uma alíquota de 15% (em vez do percentual de 10% previsto no texto da Câmara).

Na semana passada, Angelo Coronel chegou a dizer que, "enquanto eu estiver vivo", o projeto ficaria na gaveta.

Após o apelo de Pacheco, o senador admitiu que pode rever a posição. "Estamos estudando a melhor maneira que atenda o mercado e os entes federativos", disse Coronel ao Estadão.

Com a reforma do IR, o Senado espera destravar o projeto que prevê um Refis amplo para médias e grandes empresas que está na Câmara.

Enquanto o IR tem resistência no Senado, o Refis enfrenta críticas de deputados.

Dessa forma, um acordo poderia destravar as duas medidas no Congresso. O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), só aceita tocar o Refis se o projeto do IR for aprovado.

"Estamos estudando a melhor maneira que atenda o mercado e os entes federativos."

Angelo Coronel (PSD-BA) Senador, relator da proposta de mudança do Imposto de Renda na Casa

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Em derrota de Pacheco, reforma tributária é adiada

Renan Truffi e Vandson Lima De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187233

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187233

Estados vão propor até 8 mudanças, diz relator do ICMS

Renato Machado

O relator da proposta que limita **tributos** estaduais sobre combustíveis, energia e telecomunicações, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), afirmou nesta terça-feira (31) que é possível fazer "aprimoramentos" no texto que foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

Bezerra também falou que ouviu dos secretários da Fazenda dos estados que eles irão enviar até oito propostas de melhorias no texto na quarta-feira (1°).

O senador por Pernambuco, ex-líder do governo no Senado, foi escolhido relator da proposta aprovada na Câmara, patrocinada pelo presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL), para tentar abaixar o preço dos combustíveis.

Na quarta (25), a Câmara aprovou projeto de lei complementar que classifica combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo como bens e serviços essenciais. Com isso, valerá entendimento do STF que limita a incidência do imposto a uma faixa de 17% a 18% sobre esses itens.

A proposta final da Câmara incluiu uma compensação a estados em caso de perda de arrecadação. Para entes endividados, a União deduzirá do valor das parcelas dos contratos de dívidas as perdas de arrecadação superiores a 5% em relação a 2021. A dedução vai até 31 de dezembro de 2022 ou até a dívida acabar.

Estados em regime de recuperação fiscal terão as perdas com arrecadação compensadas integralmente. Estados sem dívida ficam sem compensação.

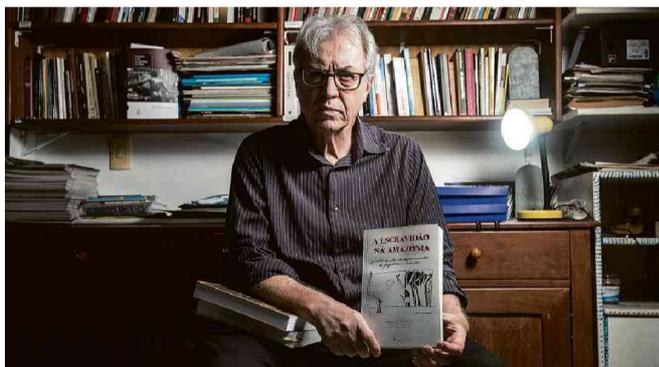
Bezerra teve encontro virtual com representantes do Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados) para discutir a tramitação da proposta no Senado. Os estados se mostram preocupados com a sua aprovação, da forma como aconteceu na Câmara, citando um impacto de até R\$ 83 bilhões por ano.

Os secretários estaduais apontaram no encontro que a proposta provoca preocupações relativas à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49929&anchor=6456944&pd=cc9ad150d9e7e0164a23cfde2aac4ec>

Padre denunciou nos anos 1980 mão de obra escrava em fazenda da Volks



Eduardo Sodré

Parecia uma lenda urbana, diz o pesquisador e escritor francês Antoine Acker: uma montadora de automóveis resolve investir em pecuária de ponta no Brasil profundo, seguindo o lema "Integrar para não Entregar" da ditadura militar (1964-1985). O trabalho, no entanto, é feito em grande parte por mão de obra escrava.

A história da CVRC (Companhia Vale do Rio Cristalino Agropecuária Comércio e Indústria), que Acker conheceu em citações esparsas em livros alemães, era real e agora pode render mais um longo processo para a Volkswagen. A empresa foi convocada pelo Ministério Público do Trabalho para prestar esclarecimentos sobre sua antiga propriedade, localizada em Santana do Araguaia (PA).

Uma audiência extrajudicial está marcada na sede do órgão, em Brasília. Será no dia 14, às 14h. Parte do material usado pelos procuradores veio do livro "Volkswagen in the Amazon: The Tragedy of Global Development in Modern Brazil" (Volkswagen na Amazônia: a tragédia do desenvolvimento global no Brasil moderno), escrito por Acker em 2017.

"Descobri a história quando fazia doutorado em Florença, queria fazer um trabalho sobre investimentos na Amazônia e me deparei com esse caso em uma nota de rodapé", afirma o autor à Folha.

Acker diz que a Volks permitiu o acesso a seus arquivos na Alemanha e que a matriz se mostrou contrária ao empreendimento em vários documentos. "Por que iríamos para a Amazônia criar gado?", havia esse questionamento interno." A explicação estava na Operação Amazônia, um dos tantos planos de

ocupação da floresta que existiram no país -dessa vez bancado pelo regime militar. As origens estão na virada da década de 1960 para 1970.

Em 1973, ano em que o projeto da CVRC teve início, a Volks produziu 379,4 mil automóveis no país. O número representava 57,6% de todos os carros de passeio e comerciais leves montados no Brasil naquele ano. Era, com folga, a maior empresa do setor e, portanto, uma grande pagadora de **impostos**.

A proximidade da empresa com a ditadura - historicamente, montadoras sempre são próximas de governos no Brasil- resulta no acordo com a Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). O órgão fora criado em 1966 para substituir a SPVA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), ainda do governo de Getúlio Vargas.

Em outubro de 1966, o então presidente Castelo Branco sancionou a lei nº 5.174. A partir daí, empresas que investissem na ocupação amazônica teriam acesso a benefícios. O pacote incluía isenções de Imposto de Renda e de taxas federais ligadas a atividades industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços básicos. Também não incidiriam tarifas sobre a importação de máquinas e de equipamentos.

De olho nesses incentivos, a Volkswagen entrou no negócio agrário. Um anúncio publicado em jornais e revistas no início dos anos 1970 mostrava a imagem de um boi sob o título "Volkswagen produzido na Amazônia". Era uma propaganda da Sudam.

Segundo Acker, uma das idéias divulgadas pela montadora era exportar carne bovina para EUA, Europa e Japão. O argumento de se tratar de um negócio revolucionário para o campo, conciliado aos benefícios tributários, foi usado pela Volks do Brasil para convencer a matriz.

A CVRC começou a operar em 1974. O gerente era o suíço Georg Brügger, descrito pelo padre Ricardo Rezende como um homem impulsivo.

Rezende foi o responsável por denunciar o trabalho escravo na fazenda da Volkswagen. É dele a maior parte dos documentos que estão no livro escrito por Antoine Acker.

"Montei um arquivo nos anos 1980 sobre a Volkswagen, são quatro pastas com mais de 600 páginas sobre o caso", diz Rezende à Folha.

O padre, autor de livros sobre escravidão moderna, contou que foi morar no sul do Pará em 1978, onde coordenou a Comissão Pastoral da Terra da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) para a região de Araguaia e Tocantins. "Ouvia muitas histórias sobre a fazenda, mas sempre depois de os fatos terem acontecido, e aí aguardávamos a ocasião de fazer um flagrante." Em 1983, Rezende conheceu três jovens que tinham acabado de escapar da CVRC, também chamada de Fazenda Volkswagen. Eles teriam alegado que precisavam fazer o alistamento militar e assim conseguiram sair, mesmo tendo dívidas a quitar.

Esses débitos, segundo o padre, eram a forma de manter os trabalhadores cativos -o que, segundo o Ministério Público do Trabalho, caracteriza a servidão por dívida. Eles eram impedidos de sair enquanto não estivessem em dia.

Com a denúncia feita pelos jovens, Rezende conseguiu juntar uma comitiva de deputados estaduais de São Paulo e visitara fazenda da Volks, com o conhecimento da montadora. Havia sinais de que a empresa não tinha pleno conhecimento do que de fato ocorria.

O padre relata que, no meio do caminho até a propriedade, encontrou um dos "gatos" da CVRC. Assim eram chamados os empreiteiros que agiam como recrutadores e capatazes na região.

Rezende afirma que o homem parou a comitiva e os levou até a caçamba da picape que dirigia. Lá havia um trabalhador amarrado, que foi usado como um exemplo de como aquele povo seria fujão. "Ele não tinha a menor consciência dos crimes que estavam cometendo na fazenda." A CVRC tinha construções bem cuidadas de alvenaria e de madeira. O gerente Georg Brügger tentava mostrar o lado desenvolvido da propriedade, até que um homem ardendo em febre-provavelmente por causa de malária- chegou implorando socorro, disse o padre. Ele pedia que fosse levado embora dali.

Brügger teria perdido o controle e berrado com o padre e com o homem doente, mas depois tentou consertar a má impressão. No jantar, ofereceu um cálice e uma patena a Rezende. Os artefatos eram talhados em pau-brasil, madeira de árvore que era protegida por lei nacional e, portanto, não poderia ser derrubada.

Apesar dos relatos de Rezende e dos deputados, o caso teve mais repercussão no exterior do que no

Brasil. A fazenda foi vendida em 1986 por cerca de US\$ 20 milhões, sem julgamentos ou indenizações.

O procurador do trabalho Rafael Garcia Rodrigues, que coordena a investigação sobre o caso, disse que a Volks foi considerada responsável pelas violações aos direitos humanos ocorridas dentro da fazenda.

"Essas violações incluíam falta de tratamento médico nos casos de malária, impedimento de saída da fazenda em razão de vigilância armada ou de dívidas contraídas (servidão por dívidas), alojamentos instalados em locais insalubres sem acesso a água potável e com alimentação precária", diz o texto enviado pelo Ministério Público do Trabalho.

Os arquivos do padre Ricardo Rezende incluem fotos de pessoas que conseguiram escapar da fazenda da CVRC e documentos semelhantes a cartas de alforria, que mostram que o trabalhador havia quitado suas dívidas e, portanto, poderia ir embora.

O Ministério Público do Trabalho relata que a propriedade paraense da Volks tinha 139 mil hectares e 300 funcionários registrados. Rezende estima que outros 600 trabalhadores estivessem sob regime análogo à escravidão. Eles eram recrutados pelos "gatos" em povoados da região.

Em nota, a Volkswagen afirma que "reforça seu compromisso de contribuir com as investigações envolvendo direitos humanos de forma muito séria. A empresa não comentará o assunto até que tenha clareza sobre todas as alegações".

A resposta curta da Volkswagen veio da Alemanha, onde o caso voltou à tona após reportagem publicada no domingo (29) pelo jornal Süddeutsche Zeitung.

Em setembro de 2020, a VW do Brasil se comprometeu a destinar R\$ 36,3 milhões a ex-funcionários da empresa que foram presos, perseguidos ou torturados durante a ditadura militar.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49929&anchor=6456944&pd=cc9ad150d9e7e0164a23cfde2aa cc4ec>

Planos de saúde individuais podem ter reajuste acima de 40%, diz estudo

JOÃO KER

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) autorizou o reajuste de planos de saúde individuais e familiares em até 15,5%, taxa recorde desde 2000. O aumento das mensalidades, no entanto, pode superar 40% para os clientes dos convênios médicos. Isso ocorre porque, além do reajuste anual, as operadoras são autorizadas a elevar as mensalidades quando há transição de faixa etária - o último aumento possível é aos 59 anos.

O cálculo foi feito pela equipe de cientistas liderada por Mario Scheffer, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e blogueiro do Estadão, e por Lígia Bahia, professora da Universidade Federal do Rio (UFRJ).

O grupo se baseou em dados da ANS, que pela primeira vez divulgou valores comerciais dos convênios e operadoras.

O levantamento foi publicado no blog Política Saúde.

A média calculada com base em 3,5 mil planos, de 468 operadores, aponta que a alta nos preços pode chegar a 43,1% para aqueles que "migraram" da faixa etária de 54 a 58 anos para a de 59 anos ou mais - aplicável para os clientes que completam 59 até abril do ano que vem. Pelas regras da ANS, são dez grupos etários, cuja transição dá direito à operadora de subir o preço. Já para crianças e adolescentes, o reajuste é de 15,5%. Para os outros sete grupos de idade, as taxas variam entre 25,3% (34 a 38 anos) e 43,1% (59 anos ou mais).

Para Scheffer, as taxas são "inaceitáveis", principalmente "nesse momento de recessão econômica e perda de poder aquisitivo" da população.

"Os idosos estão sendo expulsos de forma pecuniária da saúde suplementar. A pessoa paga o plano a vida inteira e quando chega aos 59 anos, e mais precisa, não consegue arcar com os custos mais", afirma.

Os planos individuais correspondem a aproximadamente 20% do total de contratos firmados com as operadoras da saúde suplementar. Os planos coletivos - contratados por associações, sindicatos, empresas, entre outros - podem ser negociados

diretamente e não estão sob controle da ANS.

Se considerar todos as modalidades de planos de saúde (individuais, coletivos, etc), o grupo de Lígia Bahia estima cerca de 6 milhões de clientes nas idades de transição, quando a lei autoriza aumento pelo critério etário. A Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), por sua vez, argumenta que grande parte dos contratos dos planos coletivos empresariais não prevê reajuste por esse parâmetro.

A redistribuição dos valores para cada faixa etária, explica Scheffer, é feita com "relativa flexibilidade", o que permite às próprias operadoras decidirem quais faixas recebem maior ou menor reajuste. A regra estipula, porém, que a última faixa (59 anos ou mais) não pode ter reajuste que seja seis vezes maior que o da primeira (0 a 18 anos). "Geralmente, os valores maiores ficam para as faixas mais elevadas", aponta.

Após o anúncio da ANS, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, se manifestou nas redes sociais. Segundo ele, são necessárias mudanças no setor, "como maior transparência, mais eficiência e ampliação da concorrência".

Ele disse ainda que "aumentos das mensalidades arcadas pelos brasileiros que contratam plano de saúde não necessariamente estão associados com a qualidade do serviço prestado". Já o presidente Jair Bolsonaro, candidato à reeleição, disse nesta semana, ao apresentador Sikera Júnior, não ser "justo" o aumento.

EMPRESAS.

Segundo a Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), que representa 15 grupos de operadoras e seguros privados, as associadas tiveram alta de 2,4 milhões de clientes desde junho de 2020 e cada uma "tem liberdade para oferecer condições diferenciadas" aos clientes.

A entidade diz ainda que, no caso dos planos coletivos, reajustes médios no ano passado foram de 9,84%, para planos de até 29 vidas; e de 5,55% para aqueles com 30 vidas ou mais. Taxas muito acima da média, diz, "são exceções e não regra". E argumenta que o reajuste "é indispensável para recompor a variação de custos. Destaca ainda 24% de alta nas

despesas em 2021 - no ano anterior houve recorde na queda de procedimentos com a pandemia.

Para Marcos Louvais, superintendente executivo da Abramge, a alta de 15,5% vem após a correção "negativa" do período anterior e o valor real seria de 6% em dois anos. "No panorama econômico do Brasil, diríamos que o plano está com um dos menores reajustes na história. Quando descontamos os sinistros, os 14% que sobraram mal dão para pagar os **impostos**." A ANS afirma que "fatores de rápida evolução", como o aumento da expectativa de vida, "são questões urgentes".

Nesse cenário, diz, o reajuste por mudança de faixa etária, previsto na lei do setor, se justifica. "A formação de grupos de idade visa a diluir o risco por uma massa maior de usuários, proporcionando um preço mais equilibrado para todos os beneficiários."

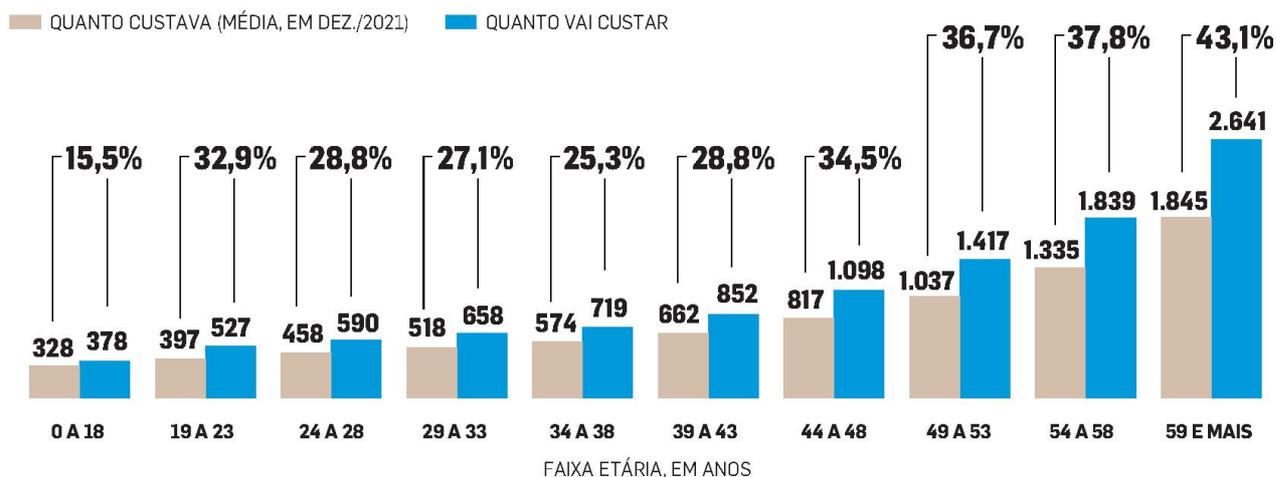
Valor necessário Abramge alega alta só após correção "negativa" em 2021; valor real de aumento seria de 6% em dois anos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

IMPACTO REAL

Reajustes nas mensalidades de planos individuais e familiares em 2022 para usuários em transição de faixa etária acumulados aos 15,5% definidos pela ANS semana passada; entenda o potencial aumento médio por idade a partir da análise de 3.500 planos de 468 operadoras

EM REAIS



OBS.: ESTIMATIVA DE REAJUSTE ACUMULADO EM 2022 (ANUAL DE 15,5% + VARIAÇÕES ENTRE FAIXAS ETÁRIAS)

FONTE: ANS - ELABORAÇÃO (USP/UFRJ) / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Aprovada na Câmara, legalização dos jogos estaciona no Senado

NATÁLIA PORTINARI
natalia.poftinari@bsboglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Setor público tem nono mês seguido de superávit

Larissa Garcia e Alex Ribeiro De Brasília e São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187233

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187233

O futuro do país nos planos de presidenciáveis



vinicius doria

O Brasil tem saída. E gente disposta a liderar as mudanças necessárias para tirar o país de uma das piores crises de sua história recente. Essa foi a tônica da sabatina organizada pelo Correio com a maioria dos nomes lançados à corrida pela Presidência da República. Ao longo de todo o dia de ontem, com transmissão pelas redes sociais, os pré-candidatos apresentaram suas propostas de governo, fizeram críticas aos adversários e mostraram ao eleitor o que pensam e o que pretendem fazer a partir de 2023, se eleitos. Nem todos compareceram: o presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, preferiu andar de moto com apoiadores no interior de Goiás. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente do União Brasil, Luciano Bivar, também faltaram à sabatina.

A economia dominou as entrevistas, que contaram com a participação do time de jornalistas do Correio e de internautas, que puderam enviar perguntas em tempo real. Da estatização total das maiores empresas privadas do país até a privatização de todas as estatais, o debate foi um retrato da visão de país que os pré-candidatos tentam compartilhar com os eleitores.

Todos apresentaram propostas para enfrentar a alta dos preços de combustíveis e alimentos, derrubar a **inflação**, reduzir as desigualdades e recolocar o país no trilho do desenvolvimento. Uma nova forma de fazer política, mais inclusiva, com reformas e atitudes que alterem o atual sistema representativo e dê mais visibilidade aos diferentes brasis que coabitam este solo, também foi cobrada pelos pré-candidatos.

Sem Bolsonaro, que, por sorteio, abriria a maratona de sabatinas, a primeira entrevistada foi a pré-candidata

do PSTU, Vera Lúcia, representante de uma das legendas de extrema-esquerda que tem tradição de participar de eleições. "É uma campanha (feita) de maneira muito desigual", queixou-se ela. Sua proposta mais polêmica a aproximou da direita radical, que é a liberação das armas de fogo para a população em geral.

Na sequência, o candidato do PDT, Ciro Gomes, criticou severamente Bolsonaro e Lula e disse que, se o governo atual privatizar a Eletrobras, "eu tomo de volta, sem conversa".

O pré-candidato do partido Novo, Felipe D'Avila, disse ter esperança na vitória de um candidato fora da polarização entre Lula e Bolsonaro. Também explicou por que o partido dele se afastou da terceira via e apontou a crise econômica como o maior desafio do futuro presidente. "A questão mais importante é discutir recessão econômica, desemprego, aumento da miséria."

Revogação

A candidata do PCB à Presidência, Sofia Manzano, apresentou um programa com propostas "factíveis de serem implementadas", na opinião dela. A primeira, revogar todas as reformas constitucionais feitas desde o governo Fernando Henrique Cardoso até agora.

O candidato do Pros, Pablo Marçal, se mostrou favorável à privatização da Petrobras de forma fatiada, mas não necessariamente para investidores externos. "Não precisa vender para o capital estrangeiro, mas precisamos quebrar esse monopólio", ressaltou.

Fechando a série de sabatinas, a senadora do MDB Simone Tebet defendeu a viabilidade da terceira via; a prioridade na retomada do desenvolvimento, com inclusão social e qualificação da mão de obra; e a importância da participação feminina nas instâncias decisórias do país. "A mulher nunca foi estimulada em pé de igualdade para fazer política", criticou.

» Leia mais nas páginas 4 e 6

Expectativa de alta do PIB

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deve divulgar amanhã o Produto Interno Bruto (**PIB**) do primeiro trimestre, e economistas estão prevendo uma alta acima de 1%. Nesta semana, em reunião no Palácio do Planalto, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, informou que os analistas do mercado financeiro caminham para rever suas previsões de crescimento do **PIB** em 2022 para um patamar em torno de 2%.

O Ministério da Economia utiliza no Orçamento, uma projeção de alta de 1,5% do **PIB** neste ano. Já a estimativa do BC permanece em 1%, mas deve subir no próximo Relatório de **Inflação**.

O economista pela FAE Business Fábio Tadeu Araújo avalia que 2% é uma taxa muito otimista para este ano. "Se imaginarmos que, há dois meses, o Boletim Focus previa uma alta pouco acima de 0,5%, e agora está prevendo 1%, estaríamos mais perto de 1,5%, talvez levemente acima de 1,5% neste ano, mas longe de 2%", disse.

Ele explicou que, se confirmada, uma alta do **PIB** será um bom sinal, mostrando que a economia está reagindo. "Ou reagiu a algumas medidas que foram tomadas ainda no ano passado, ou no começo deste ano", observou. "Ter um crescimento acima da expectativa é bom, o país precisava, na verdade, buscar um crescimento superior a 3%, e faz bastante tempo que nós não temos isso, até porque a alta de 2021 não pode ser comparada com 2020, dada a recessão." Segundo Tadeu Araújo, é possível que, se o crescimento se mostrar mais forte, o BC tenha mais segurança para aumentar a taxa de juros para segurar o custo de vida. Isso, porém, teria impacto negativo no crescimento futuro. "A **inflação** tem vindo consistentemente acima do previsto, tanto no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cheio quanto no IPCA-15, com uma dispersão grande na alta de preços", comentou. Para o economista, um dos fatores que o Banco Central considerava para interromper a alta de juros quando eles chegassem a 13,25% ou a 13,75% ao ano, era o fato de a economia está patinando. Hoje, a taxa é de 12,75%. "Se a economia mostra sinais de alta e de aquecimento, pode dar mais segurança para o BC praticar uma política monetária ainda mais restritiva, quem sabe com a taxa Selic chegando a 14% ou até a 14,25%", afirmou.

O economista frisou que o consumo das famílias é o mais importante na recuperação do **PIB**, e que as medidas de estímulo que o governo tem adotado,

como a liberação do FGTS, o Auxílio Brasil e outros programas, podem incentivar a alta das vendas do varejo. "Do lado da oferta, o que tende liderar esse processo é o setor de construção civil e do agronegócio", disse.(FS)

Bolsonaro descarta debates no 1º turno



Jair Bolsonaro esteve em Jataí, Goiás, e em Luís Eduardo Magalhães (foto), na Bahia, ontem

Cristiane Noberto

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse que evitará os debates no primeiro turno das eleições para não levar "pancada o tempo todo" dos adversários. Ele foi entrevistado na rádio do apresentador Carlos Massa, o Ratinho, em programa que foi ao ar no início da tarde de ontem. "No segundo turno eu vou participar. Se eu for para o segundo turno, devo ir, né, eu vou participar. No primeiro turno, a gente pensa. Porque se eu for, os 10 candidatos vão querer o tempo todo dar pancada em mim e eu não vou ter tempo de responder", disse.

Ele esteve em Jataí, no interior de Goiás, em ato alusivo aos 127 anos da cidade e para a entrega da 1-etapa do Complexo Esportivo JK. Antes disso, fez motocross na cidade goiana. Bolsonaro também alegou em sua defesa, na rádio, que as perguntas que fizerem aos outros candidatos nos debates irão ser respondidas contra ele. "Aí, vai fazer pergunta para outro, vão dar pancada em mim e depois pergunta para outro", afirmou. Segundo o presidente, é preciso analisar "isso daí", pois, de acordo com ele, as perguntas deveriam ser "pré-acertadas" com os encarregados de fazer os debates, para não baixar o nível.

Ainda na entrevista, Bolsonaro afirmou que pretende "fatiar a Petrobras" e aproveitou para tecer críticas aos acionistas minoritários da estatal: "Querem lucro e ponto final. A privatização da Petrobras leva no mínimo quatro anos. Tenho uma ideia de fatiar a Petrobras. Realmente, não está dando certo

atualmente. Esse pessoal não quer saber se o Brasil tem problema ou não tem. Quer lucro e ponto final", declarou o presidente. Na terça-feira, o Ministério de Minas e Energia (MME) formalizou o pedido para incluir a estatal petrolífera no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que é responsável por gerir processos de concessão e privatização. Ele ainda lembrou que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi responsável por vender papéis da companhia a esses acionistas minoritários. "Os papéis foram vendidos na época do governo Lula. Desses R\$ 44 bilhões de lucro, cerca de 40% vão para os acionistas minoritários. E vão para fora do Brasil cerca de R\$ 6 bilhões por mês atualmente, em parte considerável para fundos de pensão para fora do Brasil", critic

Durante o programa, Bolsonaro também voltou a chamar a estatal de "Petrobras Futebol Clube", em alusão, segundo ele, à prioridade da empresa em tratar de interesses próprios. Ele também relembrou o apelo que fez para que a companhia não fizesse um novo reajuste de preços nos combustíveis.

"Há três semanas, fiz um apelo: "Petrobras, não reajuste mais o preço porque vai quebrar o Brasil". O combustível é a correia da **inflação**. Sobem os mantimentos, sobe tudo", disse Bolsonaro.

Ontem, o presidente já havia criticado a possibilidade de a Petrobras aumentar o valor do ICMS sobre o diesel em R\$ 1, em uma referência ao projeto aprovado na semana passada pela Câmara dos Deputados para fixar o ICMS dos combustíveis, e que não é bem-visto pelos governadores. "A Petrobras pode quebrar o Brasil com isso", alertou.

Ainda ontem, Bolsonaro esteve na cidade de Luis Eduardo Magalhães, no Oeste da Bahia. Ele chegou em um avião no Aeródromo Jardim dos Oliveiras, que fica em frente ao Bahia Farm Show. Foi recebido por apoiadores e deixou o local pilotando moto, sem capacete, e seguiu para o Centro da cidade em um passeio. Depois do passeio de moto, o presidente foi ao Bahia Farm Show, maior evento de tecnologia agrícola do Norte e Nordeste do país. Além de participar da abertura da feira, o presidente entregou títulos de posse de terra para moradores dos municípios de Barreiras, Serra do Ramalho, Angical e Barra, também na Região Oeste, e também de Luis Eduardo Magalhães.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/01/06/2022/p1>

Dólar tem maior queda para maio desde 2009 e fecha mês a R\$ 4,75

Em uma sessão marcada pela volatilidade, o dólar iniciou os negócios em alta ante o real, passou a recuar no início da tarde, e terminou o dia estável em relação ao fechamento anterior, cotado a R\$ 4,7540 para venda.

O sobe e desce da moeda decorre da formação da Ptax, taxa que serve de referência para a liquidação de contratos em dólar. No fim de cada mês, agentes financeiros costumam tentar direcioná-la para níveis mais convenientes às suas posições.

Na máxima do dia, a divisa chegou a encostar em R\$4,7780 (alta de 0,50%), com a mínima em R\$ 4,6980 (queda de 1,17%).

No mês, a moeda americana registrou desvalorização de 3,82%, a maior para um mês de maio desde 2009, quando recuou 10,3%. No ano, a divisa passa a marcar depreciação de 14,75%.

Com isso, o real teve o terceiro melhor desempenho mensal entre alguns de seus principais pares emergentes, atrás apenas do rublo russo (alta de 16,5%) e do peso colombiano (valorização de 5,1%).

A trajetória de maio, no entanto, foi tortuosa. O dólar chegou a acumular alta de cerca de 4,3% no mês até o dia 9, quando globalmente investidores sentiam a pressão de juros mais altos em meio a preocupações com a China.

Posteriormente, uma combinação de dados norte-americanos ainda fortes, mas com leituras sugerindo **inflação** próxima do pico, amenizou receios de estagflação, abrindo espaço para uma retomada do apetite por risco que beneficiou as mais variadas classes de ativos, entre as quais o câmbio emergente.

Sobre este mês que se inicia, junho historicamente é de queda do dólar. Desde 2003 a moeda recuou em 14 ocasiões e subiu em 5.0 dia 15 será particularmente importante, quando tanto o banco central norte-americano quanto o brasileiro anunciarão decisões de política monetária com potencial de mexer com os cenários traçados até aqui por analistas.

Na Bolsa de Valores, o índice acionário Ibovespa encerrou a sessão desta terça em leve alta de 0,29%, aos 111.350 pontos, com ganhos acumulados de

3,22% em maio, e de 6,22% no ano.

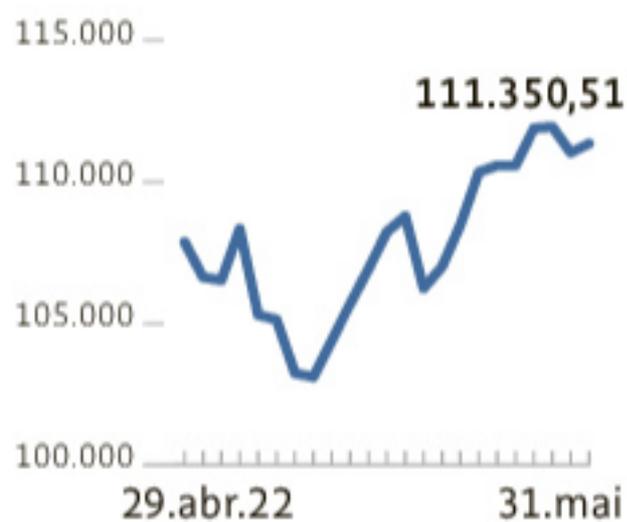
Contribuíram para o desempenho positivo da Bolsa no dia os papéis da Petrobras, que acompanharam a alta em torno de 1% do barril do petróleo do tipo Brent no mercado internacional, com ganhos de 0,76% das ações ordinárias da estatal.

Site:

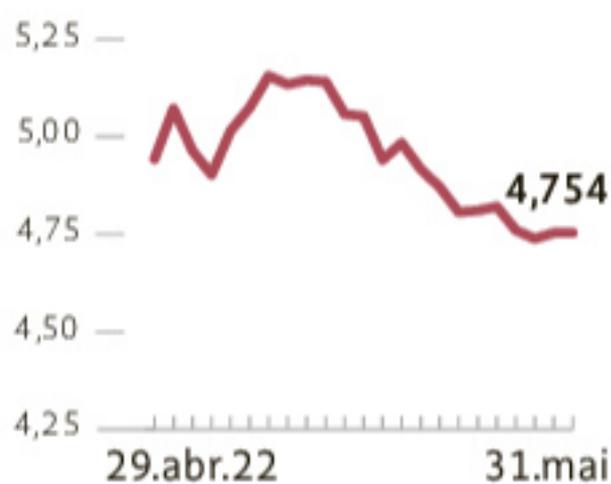
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49929&anchor=6456944&pd=cc9ad150d9e7e0164a23cfde2aac4ec>

Evolução da Bolsa e do dólar em maio

Bolsa
Em pontos



Dólar
Em R\$



Fontes: CMA e B3

Contas públicas têm superávit de R\$ 38,9 bi, recorde para abril

O Banco Central (BC) informou ontem que as contas do governo federal, Estados e municípios fecharam no azul em R\$ 38,9 bilhões em abril. Tratase do melhor resultado para o mês na série histórica do BC, iniciada em dezembro de 2001.

O superávit primário (não inclui gastos com pagamento de juros) ficou acima da maioria das expectativas dos analistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast, que estimavam um valor de R\$ 32,6 bilhões.

No acumulado do ano até abril, as contas do setor público acumulam superávit primário de R\$ 148,5 bilhões, o equivalente a 4,74% do Produto Interno Bruto (**PIB**), informou o BC. O resultado também é recorde.

No mesmo período do ano passado (recorde anterior), o saldo positivo das contas públicas havia somado R\$ 73,9 bilhões.

O superávit fiscal no ano até abril ocorreu na esteira do saldo positivo de R\$ 80 bilhões do governo federal (2,55% do **PIB**). Os governos regionais (Estados e municípios) apresentaram superávit de R\$ 62,3 bilhões (1,99% do **PIB**) no período.

Enquanto os Estados registraram superávit de R\$ 51,7 bilhões, os municípios tiveram saldo positivo de R\$ 10,7 bilhões.

Já as empresas estatais registraram resultado positivo de R\$ 6,1 bilhões no período.

A divulgação das estatísticas fiscais do BC foi incluída como atividade essencial durante a greve dos servidores da autarquia, para atender a um dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que determina que o governo deve enviar documento ao Congresso sobre o cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre até o fim de maio.

A dívida pública brasileira em proporção do **PIB** continuou em trajetória de queda. A dívida bruta do governo geral fechou o mês em R\$ 7,075 trilhões, ou 78,3% do **PIB**. No melhor momento da série, em dezembro de 2013, essa rubrica chegou a 51,5% do **PIB**.

A dívida bruta do governo geral - que abrange o governo federal, os governos estaduais e municipais, excluindo o BC e as empresas estatais - é uma das referências para avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade de solvência do País. Quanto maior a dívida, maior o risco de calote por parte do Brasil.

O BC informou ainda que a dívida líquida do setor público passou de 58,2% para 57,9% do **PIB** em abril, ao atingir R\$ 5,227 trilhões. A dívida líquida apresenta valores menores que os da dívida bruta porque leva em consideração as reservas internacionais do Brasil.

Além das expectativas

O resultado divulgado pelo BC ficou acima das estimativas do mercado, que previa R\$ 32,6 bi

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Arminio e Malan alertam para impacto sobre inflação de risco fiscal e ameaças à democracia

Rafael Vazquez e Sérgio Tauhata De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187233

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187233

Economistas listam prioridades para a saúde pública

Lucianne Carneira Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187233

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187233

Assédio institucional contra a Petrobras - FERNANDO EXMAN

FERNANDO EXMAN

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187233

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187233